

## AÇÃO DIRETA DE inconstitucionalidade

• **ADI - genérica:** é a ação típica do controle abstrato brasileiro, tendo por escopo a defesa da ordem jurídica, mediante a apreciação, na esfera federal, da constitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, federal ou estadual, em face das regras e princípios constantes explícita ou implicitamente na Constituição da República.

↳ nela, a inconstitucionalidade não é algo banal, é declarada em tese, sem que esteja sob apreciação qualquer caso concreto, já que o objeto da ação é justamente o exame da validade da lei em si.

↳ A declaração da inconstitucionalidade não é incidental, não ocorre no âmbito de controvérsia acerca de caso concreto que envolva aplicação de uma lei cuja validade se questiona;

↳ a própria ação tem por fim único o reconhecimento da invalidade da lei ou ato normativo impugnado.

A principal função da ação direta de inconstitucionalidade é a defesa da ordem constitucional, possibilitando a retirada da lei ou ato normativo inconstitucional do sistema jurídico.

**Legitimados:** art. 103 da CF

- Pres. da República; Mesa do Senado; Mesa da Câmara dos Deputados; Procurador geral da República; Conselho Federal da Ordem dos Advogados; Partido Político com representação no Congresso Nacional; Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do DF; Governador de Estado ou do DF; Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

↳ Apenas o partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional necessitam de advogado pl a propositura das ações do controle abstrato.

↳ os demais legitimados podem propor diretamente as ações sem nenhuma representação mesmo não sendo advogados habilitados pela Ordem dos Advogados do BR.



\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**importante** → o partido político com **representação** no Congresso Nacional dispõe de legitimidade ativa para a instauração do processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade, podendo ajuizar ADI perante o STF, qualquer que seja o número de representantes da agremiação partidária nas Casas do Poder Legislativo @beatriznamiestudies